

COMO A CGD OBTIVE EM 2017 UM LUCRO DE 52 MILHÕES €: é necessário que a administração mude de estratégia para aumentar o negócio bancário sendo fundamental envolver e mobilizar os trabalhadores o que ainda não aconteceu

A CGD apresentou resultados positivos de 52 milhões € em 2017. Imediatamente os media e o próprio presidente da República vieram felicitar a administração presidida por Paulo Macedo pelo êxito alcançado.

No entanto, mais importante que declarações muitas vezes feitas sem qualquer leitura atenta das contas divulgadas, interessa analisar com rigor as contas preliminares da CGD (*as definitivas e auditadas só serão publicadas mais tarde*) para saber como esses resultados foram obtidos, nomeadamente se indiciam um processo verdadeiro de recuperação da CGD, ou se são um produto de engenharia de gestão conjuntural que não traduz uma recuperação efetiva.

As contas divulgadas pela CGD revelam que o resultado positivo de 52 milhões € foi conseguido fundamentalmente à custa: (1) De um corte muito significativo nos juros pagos aos depositantes da CGD (menos 328 milhões € em 2017 do que em 2016); (2) De 465 milhões de comissões líquidas obtidas (diferença entre as recebidas e as pagas, tendo as comissões cobradas atingido 589 milhões em 2017, o que determinou para muitos depositantes um corte no seu capital já que não recebem juros ou recebem quase zero pelos depósitos que têm na CGD); (3) De um elevado montante de mais valias obtidas com a venda de títulos (216 milhões € em 2017, quando em 2016 tinham sido apenas 76 milhões €), ou seja, receita aleatória; (4) De resultados líquidos positivos da atividade internacional (aquela que a Comissão Europeia quer que se seja vendida) que, entre 2016 e 2017, aumentaram de 55,5 milhões € para 272,8 milhões €.

A concessão de crédito e, em 2017, também os depósitos, que constituem a atividade comercial por excelência de uma instituição financeira como a CGD, diminuíram em 2017 o que não pode deixar de causar legítimas preocupações sobre a gestão da atual administração e a necessidade de ela a corrigir.

Mas tudo isto será analisado de uma forma detalhada neste estudo utilizando os dados divulgadas pela administração da CGD

Começamos então pela análise da componente fundamental de qualquer banco que é a sua Margem financeira.

1- O AUMENTO DE 19,5% DA MARGEM FINANCEIRA CONSEGUIDO NÃO ATRAVÉS DO AUMENTO DO CREDITO MAS DA REDUÇÃO DOS JUROS PAGOS AOS DEPOSITANTES

Entre 2016 e 2017, a Margem Financeira, que deve ser a principal fonte de receita para uma instituição financeira como é a CGA, pois resulta da sua função de intermediação financeira, **aumentou de 1.039 milhões € para 1.241 milhões €, ou seja, registou um crescimento de 202 milhões € (+19,5%)**, o que é importante. No entanto, se analisarmos a forma como foi conseguido, concluímos que **foi obtida fundamentalmente à custa da redução do custo do “funding”, ou seja, dos juros pagos aos depositantes que, entre 2016 e 2017, diminuíram em 328 milhões €, pois passaram de 1.431 milhões € para 1.104 milhões €, e não por meio do aumento dos juros obtidos com operações ativas (crédito) que até diminuiu em 125 milhões € pois, entre 2016 e 2017, passou de 2.470 milhões € para 2.345 milhões €.** Portanto, um meio não sustentado de aumentar a Margem Financeira.

2- O PRODUTO BANCÁRIO “CORE” DA CGD AUMENTOU 14,6% EM 2017

O Produto bancário “core” da CGD, é a soma da Margem financeira com as Comissões líquidas obtidas pelos serviços prestados que, entre 2016 e 2017, aumentou em 14,6% (+218 milhões €). Este aumento foi conseguido através do aumento da Margem financeira obtida da forma referida anteriormente e por meio do crescimento da Comissões líquidas em 3,4% (entre 2016 e 2017, as comissões cobradas pela CGD aumentaram de 568 milhões para 589 milhões €).

O aumento das comissões não resultou de operações de crédito já que, de acordo com os dados divulgados na apresentação pública das contas pelo conselho de administração, as Eugénio Rosa – economista – outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

comissões resultantes de crédito e garantias diminuíram, entre 2016 e 2017, de 113 milhões € para 112 milhões; o que aumentou foram as *comissões sobre a prestação de serviços* (passaram de 73M€ para 81M€) e sobre cartões (subiram de 39M€ para 44M€). E a administração da CGD já anunciou novos aumentos de comissões para Maio/Junho de 2018 a aplicar também a pequenos depositantes (*pensionistas e jovens*) cujas poupanças não são remuneradas ou têm uma remuneração próxima de zero.

É importante saber que o pagamento de comissões sejam elas de manutenção ou outras referentes a depósitos pelos quais a banca não pague qualquer remuneração representa uma expropriação do capital dos depositantes. E mais de 60% dos Ativos dos bancos (ex. o crédito) são financiados com esses depósitos, ou seja gratuitamente, pois pela esmagadora maioria deles a banca, repito, ou não está a pagar nada ou paga taxas próximas de ZERO.

3- OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS AUMENTARAM 181,7%

O que mais aumentou na CGD em 2017 foram os ganhos resultantes de mais-valias obtidas com a venda de títulos. Entre 2016 e 2017, estes **ganhos de mais-valias passaram de 77 milhões € para 216 milhões €, ou seja, subiram em 136 milhões € (+181,7%)**, dando uma contribuição importante para os resultados da CGD. No entanto, estes ganhos têm o inconveniente de serem aleatórios, e eventualmente irrepetíveis, e DE resultarem de uma atividade especulativa que não se enquadra no “*core business*” da CGD.

4- O PRODUTO BANCÁRIO DA CGD AUMENTOU 38% EM 2017

Entre 2016 e 2017, o *Produto global da atividade* da CGD, ou seja, o seu “valor acrescentado”, aumentou de 1.423 milhões € para 1.965 milhões € (+38%) o que é significativo. A fragilidade deste aumento está no facto de ter sido obtido, como se mostrou anteriormente, à custa de uma redução enorme do custo do “funding” (*em 2017, a CGD pagou menos 328 milhões € de juros aos depositantes*), por meio do aumento de rendimentos provenientes de comissões que não têm como origem o crédito concedido (*estas até diminuíram*), e através de mais-valias obtidas com a venda de títulos (*uma atividade essencialmente especulativa, que não se enquadra nem na missão nem no “core business” da CGD*). Portanto, o aumento verificado no Produto bancário da CGD em 2017, embora em valor importante, ainda não resulta de um processo efetivo e consistente de recuperação. Tal conclusão é reforçada pela análise da evolução do crédito que continua a diminuir, e que será feita mais à frente.

3- DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E DO COST-TO-INCOME EM 2017

Entre 2016 e 2017, os *Custos operacionais* da CGD, que incluem os custos de pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações, diminuíram em 5,6% (- 65M€), fundamentalmente à custa da redução dos gastos gerais administrativos que tiveram uma redução 57 milhões € (-13,8%). Esta redução teve como origem a redução do número de balcões em Portugal que, entre 2016 e 2017, passou de 651 para 587 (-64) e de trabalhadores no país que passou de 8.113 para 7.689 (-424).

Se a análise for feita com base nas contas individuais da CGD, a *redução dos custos operacionais em 2017* foi de 66,7 milhões €, sendo 11,1 milhões nos custos com pessoal, 42,9 milhões nos gastos gerais administrativos e 12,6 milhões € o que confirma a análise anterior, mas certamente tem efeitos negativos no funcionamento e na capacidade da CGD.

A redução dos *Custos operacionais* conjugado com o aumento do *Produto bancário*, embora este ainda com bases frágeis como se provou anteriormente, determinou que o **cost-to-income** (*custos operacionais/Produto bancário*), um indicador para medir a eficiência utilizado na banca, tenha diminuído, entre 2016 e 2017, de 82% para 56% o que é positivo. Se o cálculo deste rácio for feito utilizando o “*Produto bancário core*”, que é o resultado da atividade por excelência da CGD, ou que devia ser, a diminuição é já de 78% para 65%, um resultado menor que o anterior mas ainda positivo.

4- A REDUÇÃO DAS IMPARIDADES DE CRÉDITO MAS A MANUTENÇÃO DE UM ELEVADA MONTANTE DE PROVISÕES E IMPARIDADES DE OUTROS ATIVOS

Entre 2016 e 2017, as imparidades de crédito diminuíram de 2.383 milhões € para apenas 86 milhões €. Esta redução tão significativa das imparidades de crédito em 2017 era previsível e

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

inevitável depois das enormes imparidades constituídas no fim de 2016 (2.383 milhões €) que determinaram que a CGD tivesse em 2016 prejuízos enormes (– 1.860 milhões €) e que tivesse abatido ao ativo mais de 1.993 milhões € de crédito por se considerar na sua totalidade perdidos. O que não era tão previsível era o elevado montante de “*Provisões e imparidades de outros ativos*” que se teve constituir que, segundo os dados da administração, atingiram 591 milhões € em 2017. Em 2016, tinham sido 616 milhões €, portanto uma redução em 2017 de apenas 25 milhões €.

Este elevado montante de imparidades e provisões em 2017 foi determinado por dois factos: (1) 226,9 milhões € referentes ao provisionamento para o programa de redução de pessoal até 2020; (2) **E 382,2 milhões € de imparidades relativos à alienação das atividades internacionais, o que revela que está a ser feita com elevados prejuízos.**

5- A ATIVIDADE INTERNACIONAL CONTRIBUIU EM 2017 COM 227,2 MILHÕES € PARA O RESULTADO LIQUIDO CONSOLIDADO DE 52 MILHÕES € EM 2017

Em 2016, o resultado líquido da atividade doméstica foi negativo e atingiu o elevado montante de -1.915 milhões €; em 2017, o resultado líquido da atividade doméstica continuou a ser negativo embora de valor menos elevado: -175,9 milhões € .

Tem sido a atividade internacional da CGD, cuja alienação a Comissão Europeia quer impor, que tem contribuído para reduzir o desequilíbrio (2016) ou para a CGD ter lucros (2017). **Em 2016, a atividade internacional contribuiu com um resultado líquido positivo de 55,5 milhões € e, em 2017, com + 227,8 milhões €.** Em 2017, as maiores contribuições para o resultado positivo de 227,8 milhões € da atividade internacional tiveram, como origem,: BNU (Macau): 70 milhões €; Sucursal de França: 49,6 milhões €; CGD Investimentos CVC: 41,2 milhões €; e o BCG Espanha: 26,3 milhões €

6- A REDUÇÃO CONTINUADA DO CREDITO E A PERDA TAMBÉM CONTINUADA DE QUOTAS DE MERCADO PELA CGD

Tal como tem acontecido há vários anos a esta parte, **o crédito concedido pela CGD diminuiu em 2017 tanto em valores brutos como em valores líquidos. E a acentuar a gravidade da situação a CGD está a perder quota de mercado, o que significa que a redução do crédito na CGD tem sido superior à verificada nos outros bancos.**

A atual administração não está a conseguir inverter a situação, o que é grave porque a CGD nunca conseguirá uma recuperação efetiva e cumprir a sua missão, como banco público que tem como missão apoiar e promover o desenvolvimento do país, enquanto não aumentar o negócio bancário. E a componente fundamental deste é precisamente a concessão de crédito.

Entre 2016 e 2017, a nível consolidado, o crédito bruto diminuiu 8,3%, pois passou de 65.188 milhões € para 59.764 milhões € (-5.424 M€), e o crédito líquido reduziu-se - 7,4%, pois passou de 59.648 milhões € para 55.255 milhões € (-4.393 M€). É urgente inverter esta queda continuada do crédito pois ela é não só prejudicial para o desenvolvimento do país, mas também para a CGD pois sem aumentar o crédito a sua recuperação nunca será efetiva e real. Não é penalizando ainda mais os depositantes com mais comissões, que já praticamente não recebem qualquer remuneração pelos seus depósitos com os quais a CGD financia cerca de 68% do seu Ativo, que esta instituição financeira recuperará, se desenvolverá e se consolidará.

Depois das enormes imparidades constituídas em 2016 (2.282,8 milhões €) e de ter abatido ao Ativo, na mesma altura, 1.993 milhões € de crédito por ter sido considerado perdido, a CGD ainda teve, em 2017, para reduzir os Ativos não produtivos (NPL) e baixar os Ativos ponderados pelo risco (RWA); repetindo, **ainda teve de vender e abater carteiras de crédito no elevado montante de 1.434 milhões € (pág. 8 da *Press Release*) em 2017 dando aos fundos compradores lucros que deveriam ser apropriados por ela.**

Como o novo crédito concedido pela CGD não foi suficiente para compensar o *crédito amortizado + crédito liquidado + crédito vendido + write-offs*, registou-se, também em 2017,

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

uma diminuição da carteira de crédito concedido pela CGD em quase todos os segmentos como revela o quadro seguinte do documento divulgado pela administração.

Credito concedido pela CGD por segmentos – 2006 e 2017 – Milhões €

| CRÉDITO A CLIENTES | Reexpresso | | Variação | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2016-12 | 2017-12 | Abs. | (%) |
| CGD Portugal | 52.960 | 48.779 | -4.182 | -7,9% |
| Empresas | 18.316 | 15.747 | -2.569 | -14,0% |
| Setor público administrativo | 5.617 | 5.026 | -591 | -10,5% |
| Institucionais e outros | 1.028 | 1.265 | 237 | 23,1% |
| Particulares | 28.000 | 26.742 | -1.259 | -4,5% |
| Habituação | 27.064 | 25.861 | -1.203 | -4,4% |
| Outras finalidades | 936 | 880 | -56 | -6,0% |
| Outras unidades do Grupo CGD | 12.227 | 10.985 | -1.242 | -10,2% |
| Total | 65.188 | 59.764 | -5.424 | -8,3% |

Nota: Crédito bruto incluindo acordos de recompra.

Excetuando os clientes institucionais que têm um peso reduzido no crédito concedido pela CGD (*apenas 2,1% em 2017*), em todos os restantes segmentos verifica-se uma queda acentuada no crédito concedido pela CGD em 2017. É muito preocupante a situação a nível do crédito concedido a “Empresas” que, entre 2016 e 2017, registou uma redução de 14% (-2.569M€), enquanto no BCP aumentou. **A incapacidade da política de crédito da atual administração para inverter esta situação é já evidente e exige rapidamente medidas corretoras.**

Como consequência desta evolução a CGD está a perder quotas de mercado em quase todos os segmentos como revela o quadro seguinte construído com dados constantes dos relatórios divulgados pelas próprias administrações.

Variação das quotas de mercado de crédito da CGD – 2016/2017

| CREDITO | Nov.2016 | 1ºTrim.2017 (Fev) | 2ºTrim.2017 (Maio) | 3ºTrim.2017 (Agosto) | 2017 Novembro (Contas) | Redução em % da quota de mercado Nov2016/Nov.2017 |
|---------------------|--------------|-------------------|--------------------|----------------------|------------------------|---|
| QUOTA TOTAL | 23,4% | 22,0% | 21,5% | 21,0% | 20,6% | -12,0% |
| EMPRESAS | 20,7% | 19,0% | 18,5% | 18,0% | 17,0% | -17,9% |
| PARTICULARES | 24,5% | 26,0% | 25,9% | 23,0% | 22,0% | -10,2% |
| Habituação | 28,1% | | | 26,0% | 25,0% | -11,0% |
| Consumo | 9,3% | | | 6,0% | | |

FONTE: Apresentação dos resultados trimestrais - 2016 e 2017 - anual de 2017 - Administração da CGD

Contrariamente ao que muitas vezes se diz ou pretende fazer crer, **os dados divulgados pela própria administração revelam que a CGD está a perder quota de mercado em todos os segmentos variando a redução, entre Nov.2016 e Nov.2017, que corresponde no essencial ao período da atual administração, entre 10,2% (Particulares) e 17,9% (Empresas) o que é extremamente preocupante.** Ocultar esta realidade só servirá para prolongar a degradação gradual da posição da CGD o que, a continuar, levará à sua transformação numa “caixinha”, por mais declarações de fé e contrárias que se façam. É necessário é inverter rapidamente a política que está a conduzir a CGD a esta situação.

7- OS DEPÓSITOS NA CGD ESTÃO A CAIR E A SUA BASE DE CLIENTES A REDUZIR-SE

Contrariamente ao que se pretende fazer crer à opinião pública, o montante de depósitos na CGD diminuiu, assim como tem diminuído a sua base de clientes. São os próprios dados divulgados pela administração que mostram isso.

O quadro seguinte, transcrito da “Press release” em que a administração divulgou os “Resultados consolidados da CGD de 2017” (pág. 8) provam isso.

Evolução dos depósitos de clientes na CGD entre 2016 e 2017 – Milhões €

| CAPTAÇÃO DE RECURSOS | Reexpresso | | Variação | |
|--|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2016-12 | 2017-12 | Abs. | (%) |
| No balanço | 77.791 | 72.753 | -5.038 | -6,5% |
| Rec. de inst. de créd. e bancos centrais | 4.492 | 4.043 | -449 | -10,0% |
| Depósitos de clientes | 66.529 | 63.499 | -3.030 | -4,6% |
| Atividade doméstica | 53.184 | 52.319 | -865 | -1,6% |
| Atividade internacional | 13.345 | 11.180 | -2.165 | -16,2% |

Entre 2016 e 2017, os depósitos de clientes diminuíram em 4,6%, pois passaram de 66.529 milhões € para 63.499 milhões € (-3.030 milhões €). Mesmo se circunscrevemos a análise à “Atividade doméstica” pois a “Atividade internacional “ poderá ter sido afetada pela venda de ativos, mesmo nesta os depósitos de clientes diminuíram 1,6%, pois passaram de 53.184 milhões € para 52.319 milhões € (-865 milhões €).

Se a análise incidir sobre a evolução dos “Depósitos de clientes + Responsabilidades representadas por títulos”, que são recursos dos clientes, e se utilizarmos os dados das “Contas individuais” da CGD, para eliminar o impacto da venda de atividades internacionais, concluímos que os “Recursos de clientes” diminuíram, entre 2016 e 2017, de 62.866 milhões € para 60.891 milhões €, ou seja, tiveram uma redução de -3,1% (- 1.975 milhões €).

A nível das Contas individuais, a redução na rubrica de “Recursos de clientes” foi de 1.811 milhões € pois, entre 2016 e 2017, diminuiu de 58.649 milhões € para 56.838 milhões €, o que confirma também a redução verificada.

Na pág. 14 da “Press Release” sobre as “Contas consolidadas de 2017”, a administração da CGD refere um facto importante e grave, cujas consequências têm passado despercebidas, que é **erosão da base de clientes da CGD consequência da política que tem sido seguida**. E reconhece isto nos termos que a seguir se referem.

Em 2017, foram fechadas 64 agências e o número de trabalhadores foi reduzido 424. E agora as palavras da administração que se transcrevem: “ *Estas evoluções estão em linha com os objetivos traçados para 2017, e permitiram, apesar das reduções verificadas em agências e empregados, 95% da retenção de clientes*”. Por outras palavras, a própria administração reconhece que, devido à sua gestão, perdeu em 2017 cerca de 5% da sua base de clientes, o que é preocupante. É urgente estancar esta situação.

O quadro seguinte sobre a evolução da quota de mercado de depósitos da CGD reforça as preocupações anteriores.

Evolução da quota de mercado de depósitos da CGD – 2016/2017

| DEPÓSITOS | Nov.2016 | 1ºTrim.2017 (Fev) | 2ºTrim.2017 (Maio) | 3ºTrim.2017 (Agosto) | 2017 Novembro (Contas) | Redução em % da quota de mercado Nov2016/Nov.2017 |
|------------------------------|--------------|-------------------|--------------------|----------------------|------------------------|---|
| QUOTA TOTAL | 27,7% | 28,0% | 27,0% | 27,0% | 27,0% | -2,5% |
| EMPRESAS | 12,2% | 12,0% | 12,0% | 12,0% | 11,0% | -1,6% |
| Particulares | 31,5% | 31,0% | 31,0% | 31,0% | 30,0% | -1,6% |
| Administração Pública | 35,0% | 36,0% | | | | |

FONTE: Apresentação dos resultados trimestrais - 2016 e 2017, e ano 2017 - Administração da CGD

Também a nível de depósitos, embora de uma forma lenta, a CGD está também a perder quota de mercado que reforça as preocupações sobre a capacidade da gestão, nomeadamente, para tomar medidas adequadas que invertam a situação de declínio que os próprios dados divulgados revelam.

8- A ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE APLICAÇÕES EM TÍTULOS PODERÁ CRIAR RISCOS FUTUROS PARA A CGD

As aplicações em títulos que, em 2016, já atingiam 13.89 milhões €, o que representava 14,7% do Ativo líquido total da CGD, já eram as mais elevadas do setor. Em 2017 aumentaram para 15.751 milhões €, o que corresponde a 16,9% do Ativo líquido da CGD.

Embora não se conheça a sua composição detalhada, uma tão elevada concentração de aplicações em títulos sujeita a CGD à volatilidade do mercado com eventuais impactos elevados quer nos resultados da CGD quer nos rácios de capital.

Para além disso, a CGD, como banco público, não tem como missão apostar na especulação, embora ela tenha contribuído positivamente para conter os efeitos da crise do negócio bancário e melhorar os resultados da CGD em 2017. No entanto, a missão da CGD é fundamentalmente o apoio às famílias e à economia, nomeadamente às empresas, o que não aconteceu em 2017 cujo crédito caiu muito, e também ao desenvolvimento do país.

9- O RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO E O RÁCIO DE LIQUIDEZ (LCR) MOSTRAM QUE A CGD TEM CONDIÇÕES E CAPACIDADE PARA INVERTER A SITUAÇÃO ATUAL E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Entre 2016 e 2017, o “Rácio de transformação” (crédito líquido/Depósitos) diminuiu de 89,1% para 86,8%. Isto significa que, em 2016, por cada 100€ de depósitos a CGD só concedia crédito no montante de 89,1€. Em 2017, esta relação piorou ainda mais: por cada 100€ de depósitos só emprestou 86,8€. O “gap” comercial agravou-se ainda mais entre 2016 e 2017, o que é extremamente preocupante e revela incapacidade para aumentar o negócio bancário apesar existirem condições internas para isso.

Estas condições são também confirmadas pelo aumento significativo do rácio de liquidez a curto prazo (LCR) que, entre 2016 e 2017, passou de 176% para 209%, um valor de o rácio de longe mais elevado em toda a banca a operar no país.

10- AUMENTO DOS RÁCIOS DE CAPITAL MAS EM LINHA COM OS DO SETOR

Como consequência da elevada recapitalização feita pelo acionista Estado, da venda de carteira de crédito e de *write-off* que continuaram a ter lugar em 2017, e da redução do Ativo ponderado pelo risco (RWA), e também da criação orgânica de capital através da geração dos lucros em 2017, registou-se um aumento dos rácios de capital da CGD, o que também cria condições para o aumento do negócio bancário.

Assim, entre 2016 e 2017 os rácios de capital tiveram a seguinte evolução positiva:

- **CET 1** : aumentou de 12,1% para 14% (BCP: 13,2% em 2017)
- **Tier 1** : aumentou de 13% para 15,1% (BCP: 12,1%)
- **Rácio total**: aumentou de 14,1% para 15,7% (BCP: 13,7%)

São valores que garantem condições internas para aumentar o negócio bancário. Agora depende da capacidade da administração e dos seus trabalhadores, embora o contexto para o negócio bancário continue a ser difícil devido à situação frágil das empresas e das famílias.

11- A NECESSIDADE DE ENVOLVER E MOBILIZAR OS TRABALHADORES PARA AUMENTAR O NEGÓCIO BANCÁRIO E PARA QUE A CGD ENTRE NUM PROCESSO EFETIVO DE RECUPERAÇÃO O QUE AINDA NÃO ACONTECEU

Para utilizar uma linguagem muito cara aos gestores, os trabalhadores são o “ativo” mais importante numa organização e, naturalmente, também na CGD, o que parece ter sido esquecido nesta instituição. É fundamental, para a recuperação efetiva e consistente da CGD, o aumento do negócio bancário, que é o elemento chave em qualquer instituição financeira. E para isso é vital o envolvimento e a mobilização dos trabalhadores. Enquanto não se perceber isso na CGD, e não transformar esse objetivo de gestão numa prática diária a recuperação efetiva da CGD será muito difícil para não de dizer mesmo impossível. É impossível a recuperação sem eles e, pior do que isso, contra eles. E muito mais num contexto onde o negócio bancário continua a ser muito difícil.

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

E o que se tem se tem assistido ultimamente na CGD é precisamente o contrário do que deveria ser feito para envolver e mobilizar os trabalhadores.

Em primeiro lugar a pressão, em alguns casos mesmo assédio das chefias, para a saída de um número significativo de trabalhadores e fecho de inúmeras agências, com consequências também na vida deles, o que criou insegurança e mal estar geral.

E em simultâneo com a situação anterior a recusa da administração em negociar com o sindicato dos trabalhadores da CGD (STEC) as remunerações que se mantêm inalteráveis desde 2010, sujeitas ao efeito corrosivo da inflação e do enorme aumento de impostos feito pelo governo anterior em grande parte ainda não revertido.

O “folhetim” das negociações do Acordo de Empresa (AE) entre a administração da CGD e o STEC mostra bem a falta de consideração que a atual administração tem pelos trabalhadores da CGD que é urgente corrigir. Recordando os factos que provam isso:

- *Tinha sido acordado pela anterior administração (constava de um protocolo assinado) em 2016, que logo que a Lei do Orçamento descongelasse as remunerações (os trabalhadores da CGD, como pertenciam a uma empresa pública foram sujeitos, tal como aconteceu com os trabalhadores da Função Pública, ao congelamento e cortes de remunerações), seriam iniciadas negociações visando a atualização das remunerações;*
- *Em 2017, as remunerações dos trabalhadores das instituições de crédito integradas no setor empresarial do Estado foram descongeladas por força do nº2 do artº 19º Lei 42/2016 mas a atual administração recusou-se a cumprir o acordado entre o STEC e a anterior administração;*
- *Em 9 de Fev.2017 foi apresentado pelo STEC uma proposta de AE que a administração não respondeu;*
- *Face a isso, essa proposta foi reiterada em novo documento enviado à Administração da CGD em 22 de Março de 2017. Este documento obteve o mesmo o resultado - ausência de resposta.*
- *Face a ausência de qualquer resposta, o STEC solicitou em Junho de 2017 a reconciliação no Ministério do Trabalho com base no Código de Trabalho;*
- *Em 17 de Julho de 2017, realizou-se a primeira reunião de conciliação no Ministério do Trabalho, à qual a CGD não compareceu.*
- *Em 18 de Setembro de 2017, realizou-se uma nova reunião no Ministério do Trabalho, já com a presença da CGD, onde esta informou da sua indisponibilidade em proceder a atualizações salariais em 2017 e da sua intenção em denunciar o AE em Outubro de 2018.*
- *Em Nov.2017, realizou-se uma reunião com o presidente do conselho de administração executivo da CGD, em que este manifestou mais uma vez a indisponibilidade da CGD para atualizar as remunerações em 2017 com a justificação de que tinham sido feitas promoções.*
- *Em Jan.2018 realizou-se nova reunião de conciliação no Ministério de Trabalho em que o diretor de recursos Humanos da CGD apareceu sem qualquer proposta propondo nova reunião para Março de 2018.*
- *Com o objetivo de superar a situação de impasse, o STEC apresentou uma nova proposta de atualização dos trabalhadores da CGD tendo como base já o ano de 2018.*

Se juntarmos a tudo a ausência de apresentação aos trabalhadores da CGD de objetivos claros a nível comercial e ajustados à realidade de cada região/local, assim como dos meios para os atingir, e para o seu envolvimento, e da sua substituição por ameaças e pressões para vender, fica assim claro que houve, até a este momento, uma incapacidade da gestão para envolver e motivar os trabalhadores para a recuperação da CGD que é urgente corrigir. Tudo isto revela um comportamento que não se adequa a um banco público cujo acionista único é o Estado, de que ele não se pode desresponsabilizar como está a fazer.

Declarações públicas recentes de Paulo Macedo de que os trabalhadores seriam compensados parece que isso começou a constituir uma preocupação para a atual administração. Esperemos que seja assim, mas só os factos futuros mostrarão se isso efetivamente é verdade e acontecerá.

Eugénio Rosa
17-2-2018